



DIREITO
LIVE ESPECIAL

2 MIL VAGAS

SUPER PLANTÃO

POLÍCIA MILITAR
PERNAMBUCO

DIREITO CONSTITUCIONAL



SEGUE O CARA !!!

INSTAGRAM: PROF. EMMANOEL THADEU

YOUTUBE: PROFESSOR EMMANOEL THADEU

TIK TOK: PROFESSOR EMMANOEL THADEU

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Sobre os direitos e garantias fundamentais, analise as afirmativas abaixo:

I. As violações a direitos fundamentais não ocorrem somente no âmbito das relações entre o cidadão e o Estado, mas, igualmente, nas relações travadas entre pessoas físicas e jurídicas de direito privado.

II. Existe hierarquia entre os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. Dessa forma, podemos afirmar, por exemplo e em abstrato, que o direito à informação sempre estará em patamar de superioridade com relação à proteção da vida privada.

DIREITO CONSTITUCIONAL

III. Historicamente, o direito à liberdade decorre das revoluções burguesas, buscando-se um “não fazer do Estado”.

IV. Historicamente, os direitos sociais remetem-se à segunda dimensão ou geração dos direitos fundamentais. Busca-se um Estado tutor, provedor de condições mínimas necessárias a uma vida digna.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Estão CORRETAS somente

A) I, II e III.

B) I, III e IV.

C) II, III e IV.

D) I, II e IV.

E) I e II.

DIREITO CONSTITUCIONAL



2. Sabemos que os Direitos e Garantias Fundamentais se baseiam em dois planos: Um plano jurídico-político que proíbe o Poder Público de atentar contra a esfera individual da pessoa (competência negativa). O outro, seria o plano jurídico-subjetivo, ou seja, o poder de exercer os direitos fundamentais (liberdade positiva) e de exigir omissões dos poderes públicos. Pois bem, em relação à sua historicidade observe as questões abaixo:

I - Os Direitos de primeira geração surgem no século XVII, eles cuidam da proteção das liberdades públicas, ou seja, os direitos individuais, compreendidos como aqueles inerentes ao homem e que devem ser respeitados por todos os Estados, como o direito à liberdade, à vida, à propriedade, à manifestação, à expressão, ao voto, entre outros.

II - Os Direitos de segunda geração são os chamados direitos sociais, econômicos e culturais, onde se passou a exigir do Estado sua intervenção para que a liberdade do homem fosse protegida totalmente (o direito à saúde, ao trabalho, à educação, o direito de greve, entre outros). Veio atrelado ao Estado Social da primeira metade do século passado.

DIREITO CONSTITUCIONAL



III - Os Direitos de terceira geração são aqueles ligados à solidariedade ou fraternidade, voltados para a proteção da coletividade. As Constituições passam a tratar da preocupação com o meio ambiente, da conservação do patrimônio histórico e cultural, etc.

IV - Os Direitos de quarta geração têm como defensor o constitucionalista Paulo Bonavides, para quem seriam resultado da globalização dos direitos fundamentais, de forma a universalizá-los institucionalmente, citando como exemplos o direito à democracia, à informação, ao comércio eletrônico entre os Estados.

V - Não existe qualquer relação de hierarquia entre estes direitos, mesmo porque todos interagem entre si, de nada servindo um sem a existência dos outros. Esta nomenclatura adveio apenas em decorrência do tempo de surgimento, na eterna e constante busca do homem por mais proteção e mais garantias, com o objetivo de alcançar uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Está(ão) corretas:

A) I, III e V.

B) II, IV e V.

C) I, II e III.

D) I, II, III e IV.

E) I, II, III, IV e V.

3. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, o art. 5º da Constituição Federal de 1988 assim prevê: “*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)*”. Partindo desse pressuposto, analise as assertivas a seguir:

I. Embora a Constituição direcione os referidos direitos apenas aos estrangeiros residentes no país, há consenso no ordenamento jurídico brasileiro de que esses direitos também valem igualmente para os estrangeiros que se encontrem em território nacional, mesmo que não residam no Brasil.

DIREITO CONSTITUCIONAL



II. O direito à liberdade delimita-se pela liberdade física, de ir e vir, não abrangendo a liberdade de pensamento.

III. O princípio da igualdade não veda que determinada lei estabeleça tratamento diferenciado entre pessoas que guardem distinções de ordem econômica, social, étnica, dentre outras, desde que haja razoabilidade na medida.

IV. O sistema de cotas previsto em seleções públicas é um exemplo da aplicação do princípio da igualdade formal.

DIREITO CONSTITUCIONAL



Estão CORRETAS

A) I e II, apenas.

B) I e III, apenas.

C) III e IV, apenas.

D) II, III e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL



4.O *caput* do art. 5.º, iniciando o Título II da Constituição Federal de 1988, referente aos direitos e garantias fundamentais, estabelece, de forma expressa, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil determinados direitos. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

A) Embora o ordenamento jurídico estabeleça que as pessoas jurídicas são detentoras de personalidade jurídica, o texto constitucional garante a plenitude de direitos apenas às pessoas físicas. Sendo assim, as pessoas jurídicas têm seus direitos garantidos apenas com base na legislação infraconstitucional.

B) O texto constitucional é claro ao prever que apenas os estrangeiros residentes no Brasil dispõem de todos os direitos garantidos aos brasileiros. Assim, os estrangeiros não residentes no Brasil estarão submetidos apenas ao ordenamento jurídico de seu país de origem.

DIREITO CONSTITUCIONAL



C) Os direitos e garantias fundamentais destinam-se à proteção do ser humano em sua totalidade. Assim, uma interpretação teleológica e lógico-sistemática permite afirmar que os direitos e garantias fundamentais têm como destinatários não apenas os brasileiros, mas também os estrangeiros, residentes ou não no Brasil, e apátridas, caso se encontrem dentro do território nacional.

D) Decisão recente do Supremo Tribunal Federal reconhece como beneficiários dos direitos e garantias fundamentais acolhidos pela Constituição Federal de 1988 não somente os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, mas também os estrangeiros de passagem pelo território brasileiro, desde que haja, nesse caso, tratado internacional entre o Brasil e o país de origem do estrangeiro, para que ele tenha preservados seus direitos.

E) Uma análise sistematizada do texto constitucional permite afirmar que os estrangeiros não residentes no Brasil são detentores de direitos, limitados, no entanto, àqueles que dizem respeito à vida e à integridade física, em razão do que dispõe o inciso III do art. 1.º da Carta Política, ao tratar da dignidade da pessoa humana como princípio fundamental da República Federativa do Brasil.

DIREITO CONSTITUCIONAL



5. Com relação ao direito à igualdade, expressamente previsto no art. 5.º da Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

A) Para garantir a efetividade do princípio da igualdade, a Constituição Federal de 1988 não prevê nenhuma norma que trate homens e mulheres de maneira diferenciada. O mencionado princípio da igualdade deve ser considerado de forma absoluta, não se admitindo, em nenhuma hipótese, qualquer forma de diferenciação entre os sexos.

B) O princípio constitucional da igualdade está direcionado exclusivamente ao legislador, pois o Poder Legislativo é o responsável pela formatação do ordenamento jurídico a partir das regras estabelecidas no art. 59 e seguintes da Constituição Federal de 1988.

DIREITO CONSTITUCIONAL



C) O princípio da igualdade está direcionado exclusivamente aos órgãos da administração pública, considerando-se ser ela a responsável por aplicar o ordenamento jurídico no caso concreto, mediante atos administrativos, visando à realização do interesse público.

D) Embora o princípio da igualdade esteja direcionado a toda a administração pública, é possível que, em determinadas situações, mesmo que não haja um motivo legitimador, ocorram certas diferenciações na seleção de candidatos a ocuparem cargos públicos. Nesse caso específico, a administração pública disporá de discricionariedade ilimitada para escolher os candidatos mais aptos, observando que os agentes públicos que ocupam cargos na estrutura do Estado são os responsáveis pela realização do interesse público.

E) Analisando-se o princípio da igualdade com relação ao particular, verifica-se que este não poderá tratar os demais membros da sociedade de maneira discriminatória, atingindo direitos fundamentais por meio de condutas preconceituosas, sob pena de responsabilização civil e até mesmo criminal, quando o ato for tipificado como crime. Assim, é vedado ao particular, na contratação de empregados, por exemplo, utilizar qualquer critério discriminatório com relação a sexo, idade, origem, raça, cor, religião ou estado civil.

Está **CORRETO** o que se afirma, apenas, em

A)II.

B)III.

C)IV.

D)I e III.

E)II e IV.

UM CHOCOLATE
DE PROMOÇÃO
COM A PLATAFORMA
QUE TE DEIXA
PREPARADO
PARA A APROVAÇÃO!

PÁSCOA DO CONCURSEIRO

DE 21 DE MARÇO A 10 DE ABRIL

TODOS OS
CURSOS
COM

40%

 **5**
ANOS

Chocolates 

6.XX, renomado escritor, decidiu elaborar uma ampla pesquisa a respeito da vida pessoal e profissional de conhecido político, o qual, além de estar vivo, concluía há pouco o seu último mandato eletivo e resolvera se retirar da vida pública. Preocupado com as repercussões do livro que pretendia escrever, solicitou orientação de um advogado a respeito da necessidade, ou não, de obter a autorização do político ou, eventualmente, de seus familiares, caso ele viesse a falecer durante a elaboração da obra.

O advogado respondeu, corretamente, à luz da sistemática constitucional, que:

A) a autorização não é exigível, caso a publicação venha a ter caráter exclusivamente imparcial, sem críticas à pessoa e à obra do político;

DIREITO CONSTITUCIONAL



- B)** não dependerá de autorização do político ou mesmo de seus familiares, já que a liberdade de informação deve preponderar;
- C)** somente dependerá de autorização caso o político esteja vivo quando da publicação, já que a intimidade é um direito personalíssimo;
- D)** sempre dependerá de autorização, pois, como o político retirou-se da vida pública, a sua intimidade prepondera sobre o direito à informação;
- E)** a autorização será exigida, ou não, conforme as características da obra, devendo ser sopesados os direitos à informação e à honra, observados os circunstancialismos do caso concreto.

DIREITO CONSTITUCIONAL



7. Joana inscreveu-se em concurso público destinado ao provimento de determinado cargo efetivo do Estado Beta. Ao ser comunicada da data de realização da avaliação correspondente à segunda fase do certame, percebeu que isto ocorreria justamente em um dia da semana no qual sua religião não permitia a prática de qualquer atividade.

Considerando a forma como a liberdade de religião é tratada pela ordem constitucional, é correto afirmar que Joana:

A) tem o direito público subjetivo à alteração da data de realização de sua avaliação, qualquer que seja a sua natureza;

DIREITO CONSTITUCIONAL



- B)** pode ter, ou não, a data de realização da avaliação alterada, o que reflete ato discricionário da Administração, que sequer carece de motivação;

- C)** não pode ser autorizada a realizar a prova em data distinta, já que a laicidade do Estado impede que os praticantes de uma religião sejam privilegiados;

- D)** pode vir a ter alterada a data da avaliação, desde que presentes a razoabilidade, a preservação da igualdade e não haja ônus desproporcional para a Administração.

- E)** tem o direito público subjetivo à alteração da data de realização de sua avaliação.

AULÃO VÉSPERA LAGOA DO CARRO



8. Segundo as regras vigentes na Constituição Federal sobre nacionalidade,

A) é considerado brasileiro nato, se nascido no Brasil, o filho de pai e mãe estrangeiros ainda que não domiciliados ou residentes no país.

B) se o pai ou a mãe for brasileiro nato, a criança nascida no exterior é considerada brasileira nata sempre que o país estrangeiro de nascimento não lhe conferir nacionalidade.

AULÃO VÉSPERA LAGOA DO CARRO



C) pode adquirir a nacionalidade brasileira o estrangeiro que resida ininterruptamente no Brasil há dez anos ou mais e assim requeira às autoridades competentes.

D) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, serão considerados brasileiros natos desde que venham a residir no Brasil e optem, antes de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

E) tem direito à naturalização brasileira o estrangeiro que viva no país há mais de três anos e tenha filho brasileiro ou seja casado formalmente com brasileiro nato ou naturalizado.

UM CHOCOLATE
DE PROMOÇÃO
COM A PLATAFORMA
QUE TE DEIXA
PREPARADO
PARA A APROVAÇÃO!

PÁSCOA DO CONCURSEIRO

DE 21 DE MARÇO A 10 DE ABRIL

TODOS OS
CURSOS
COM

40%

 **5**
ANOS

Chocolates 

SEMANA DA ULTRAPASSAGEM



9. Ao disciplinar os direitos políticos, a Constituição Federal estabelece que

A) o analfabetismo é causa de inelegibilidade, mas não impede o alistamento eleitoral.

B) é vedada a tramitação em segredo de justiça da ação de impugnação de mandato.

SEMANA DA ULTRAPASSAGEM



- C)**o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias contados da diplomação.
- D)**a cassação de direitos políticos ocorrerá, dentre outros motivos, por condenação criminal transitada em julgado.
- E)**somente por meio de emenda constitucional podem ser estabelecidas outras hipóteses de inelegibilidade além das expressamente já previstas no texto constitucional.

10. Dentre os candidatos que pretendem disputar a eleição para Governador estão um prefeito municipal no exercício de seu segundo mandato consecutivo e um militar com mais de dez anos de serviço. Para que sejam elegíveis, de acordo com as normas constitucionais,

A) ambos devem renunciar aos cargos que ocupam até seis meses antes do pleito.

B) ambos devem renunciar aos cargos que ocupam até três meses antes do pleito.

DIREITO CONSTITUCIONAL



C)ambos devem afastar-se dos cargos que ocupam até seis meses antes do pleito, sendo que o militar, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

D)o Prefeito deve renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito, ao passo que o militar deve ser agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

E)o Prefeito não precisará renunciar ao mandato, mas o militar deverá afastar-se da atividade e, se eleito, perderá o cargo no ato de sua diplomação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Alejandro é brasileiro naturalizado e está sendo acusado judicialmente de exercer atividade nociva ao interesse nacional; Cláudia é brasileira nata e teve uma outra nacionalidade originária assim reconhecida pela lei estrangeira; Marcos é brasileiro nato residente em Estado estrangeiro, tendo se naturalizado naquele país como condição para sua permanência no território. Com fundamento na Constituição Federal, sentença judicial poderá declarar a perda da nacionalidade a

- A) Alejandro e Cláudia, apenas.
- B) Alejandro, Cláudia e Marcos.
- C) Cláudia e Marcos, apenas.
- D) Alejandro, apenas.
- E) Alejandro e Marcos, apenas.

UM CHOCOLATE
DE PROMOÇÃO
COM A PLATAFORMA
QUE TE DEIXA
PREPARADO
PARA A APROVAÇÃO!

PÁSCOA DO CONCURSEIRO

DE 21 DE MARÇO A 10 DE ABRIL

TODOS OS
CURSOS
COM

40%

 **5**
ANOS

Chocolates 



DIREITO
LIVE ESPECIAL

2 MIL VAGAS

SUPER PLANTÃO

POLÍCIA MILITAR
PERNAMBUCO